

A ATUAÇÃO TERRITORIAL DE UMA CACICA DO POVO INDÍGENA APINAJÉ¹

CARINA ALVES TORRES;
ALINE ACCORSSI³

¹Universidade Federal de Pelotas – *carinatorres123alves@gmail.com*

³Universidade Federal de Pelotas – *alineaccrossi@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar as atuações territoriais da cacica Marlúcia, liderança do povo indígena Apinajé que luta frente às pautas políticas no contexto atual. O grupo étnico citado se localiza na região norte do estado do Tocantins, nos territórios das cidades de Tocantinópolis, Itaguatins, Luzinópolis, São Bento e Cachoerinha na microrregião conhecida como bico do papagaio do Tocantins², com uma população de aproximadamente 2.277 segundo os dados da (Siasi/Sesai, 2014) situados em 65 aldeias. Na cultura indígena a cosmologia é a filosofia desses povos onde [...] “orientam suas práticas, atitudes e construções de conhecimentos, que na prática são construídos através de vários elementos do meio em que vivemos” (FERNANDES, 2022, p.19). E nas lutas políticas as cosmovisões são perpetuadas através das características culturais tais como escutas, rituais, danças e manifestações. No que concerne à inserção das mulheres Apinajé no cacicado de suas aldeias, é importante destacar que esse movimento teve início nos anos 2000 se constituindo um marco histórico concomitante a outras experiências políticas de mulheres indígenas que alçaram diversos espaços sociais em seus territórios. “[...] a mulher Apinajé participa efetivamente da esfera social e política de seu povo. São líderes de aldeias, professoras, merendeiras, auxiliares de serviços gerais, agentes de saúde, brigadistas etc.” (ALVES; ROCHA, 2016, p. 72). Em vários contextos históricos, as mulheres estiveram atuando nas demandas políticas, como na manifestação em defesa do território durante o processo de demarcação territorial que teve início na década de 20 e se findou no ano de 1985, após vários conflitos com os políticos regionais que estavam em discrepância com as demandas dos povos indígenas. Nesse contexto a liderança Maria Irepxi foi uma das mulheres que lutou e organizou mobilizações em defesa das terras que estavam em disputas, além de atuar em outras pautas vigentes como na educação e de saúde. Vários elementos demarcaram a inserção das mulheres no cacicado como pontua Rocha (2018, p.35) “[...] Ao conhecer as mulheres Apinajé logo se percebe que possuem uma grande força e poder de mobilização política, elementos que possibilitaram a ocupação da função de cacica” como ocorreu com liderança Marlúcia, pois esta é articulada politicamente frente às demandas do seu povo no que tange as pautas territoriais, saúde e educação. Neste trabalho pontuarei as pautas territoriais

¹ Este trabalho é recorte do projeto de tese intitulado A atuação das cacicas indígenas Apinajé frente as questões territoriais, educacionais e de saúde.

² Região conhecida como bico do papagaio por ter formato semelhante a essa pássaro no mapa de localização.

através da luta contra o marco temporal³, juntamente com o movimento indígena nacional, versando a articulação política da cacica Marlúcia.

2. METODOLOGIA

O estudo acerca da atuação política de uma cacica indígena Apinajé é de cunho etnográfico, construído a partir das vivências cotidianas, participações em reuniões e observação participante no território indígena. (BEAUD; WEBER, 2007). A familiaridade acadêmica e pessoal com essa etnia tem me possibilitado conhecer as pautas históricas e atuais das demandas políticas urgentes, através da participação e observação direta com as cacicas e outras lideranças. (ROCHA&ECKERT, 2008). Estabelecer conversas, escutas e interações com a cacica Marlúcia, reverberou as cosmovisões acerca das lutas do seu povo, pois a articulação estabelecida por esta atravessa a ancestralidade do seu corpo político “e ele não está separado do território” [...] (BANIWA; KAYAGNAG, *et,al*, p.08, 2023).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A discussão do projeto de lei (490/2007 na Câmara dos Deputados, encaminhado como 2903/2023 no Senado Federal), que baliza a demarcação das terras indígenas, conhecido como marco temporal é a principal pauta do movimento indígena no âmbito nacional. Através de mobilizações e manifestações, essas populações estão se posicionando contra esse projeto em redes sociais, movimentos em seus território e paralisações de rodovias, acontecimento notável no contexto da etnia Apinajé e dos povos Timbiras⁴. A cacica Marlúcia é uma das mulheres Apinajé que vem se articulando nos últimos anos nas pautas políticas, pois seu histórico de posicionamento e luta por direitos sociais, como melhoria da saúde, educação e defesa do território, realoca-a em um espaço político dentro do grupo. Ela fundou a aldeia Barra do Dia, comunidade constituída por seus familiares, onde a chefia desde 2021, no qual sua inserção no cacicado foi demarcada por seu prestígio social político, inspirada em outras cacicas do território. Dentre a pauta urgente que atravessa sua atuação política a tramitação do marco temporal e seus desdobramentos é a principal pauta de luta, pois as discussões acerca do retrocesso desse projeto vêm alavancando os debates na comunidade desde 2021, com reuniões e assembleias. Nesse contexto, Marlúcia já se articulava juntamente com outras mulheres e lideranças do território na organização da primeira paralisação na rodovia estadual TO-23, local de fluxo de veículos onde pacificamente manifestaram com faixas e, discursos das principais lideranças, alertando a comunidade presente sobre as ameaças do marco Temporal e suas facetas. Naquela ocasião, a cacica e outras lideranças pintaram as pessoas, dançaram e cantaram, além de demonstrarem a indignação com esse projeto. A outra

³ A tese está em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF) e o seu julgamento deve retornar no dia 7 de junho. O marco temporal estabelece que os nossos povos só têm direito à demarcação das terras que estivessem sob sua posse no dia 5 de outubro de 1988 —data da promulgação da Constituição Federal—, ou que naquela data estivessem sob disputa física ou judicial comprovada. Fonte: <https://www.geledes.org.br/o-marco-temporal-e-inconstitucional-nosso-territorio-e-ancestral/>. Acesso: 05/08/2023.

⁴ Povos indígenas do cerrado que possuem traços, culturais, linguísticos, ritualísticos e culturais e comuns, representando pela as seguintes etnias: Apinayé, Canela Apanyekrá, Canela Ramkokamekrá, Gavião Parkatejê, Gavião Pykopjê, Krahô e Krinkatí.

manifestação que Marlúcia participou e organizou foi no dia sete de junho de 2023, na Rodovia TO 210, conduzida de forma pacífica, com a presença significativa de indígenas e outras pessoas não indígenas que estão na luta junto com a comunidade. Naquele contexto, a tese estava sendo julgada pelo o Supremo Tribunal Federal (STF), em que foi suspensa, retomando a votação em trinta de agosto de 2023. Concomitante a essa votação os povos indígenas em todo o Brasil, estavam se mobilizando contra o marco temporal. Na etnia Apinajé, as pessoas estavam se manifestando na Rodovia TO 210, com vários indígenas, faixas expostas, e com as mulheres protagonizando discursos e organizando o evento de luta. A votação no STF teve dois votos a favor da tese e quatro votos contra a tramitação do marco temporal, com suspensão da seção devido à falta de tempo. A cacica Marlúcia estava acompanhando a votação desse projeto juntamente com as outras lideranças, pois ela sempre ressalta que a luta é coletiva e de todos os povos indígenas, destacando a importância da união das etnias.

4. CONCLUSÕES

A participação das mulheres nas demandas territoriais se configura em novos modos de conceber a estrutura política, pois a atuação da cacica Marlúcia frente a essas pautas através da luta contra a PL 490/2007 revelou seu empoderamento político em estar engajada nas mobilizações frente ao desmonte do marco temporal e outras formas de ameaças aos povos indígenas no âmbito local de sua aldeia e da esfera nacional como a PL 490 e suas facetas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Lidiane da Conceição; ROCHA, Welitânia de Oliveira. **As Mulheres Apinajé e a Escola: um relato etnográfico**. In: Cultura e Histórias dos Povos Indígenas: formação, direitos e conhecimento Antropológico. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

BANIWA, Braulina. Mulheres: **corpos-territórios indígenas em resistência!**/Braulina Baniwa, Joziléia Kaingang, Giovana Mandulão ; organização Kassiane Schwingel. – Porto Alegre : Fundação Luterana de Diaconia : Conselho de Missão entre Povos Indígenas, 2023.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Preparar a pesquisa**. In: _____. Para a pesquisa de campo. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

FERNANDES DA COSTA APINAGÉ , Rosilene. **Měhprijê Xàhpumunh nê Kot Amnhĩ Nhĩpêx Cantorias, Brincadeiras e Narrativas**: Processos próprios de ensino e aprendizagem Panhĩ/Apinajé e sua contribuição nas práticas escolares. Orientador: Odair Giralдин. 2022. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Tocantins, Tocantinópolis-To, 2022.

PROJETO DE LEI nº 490, de 20 de março de 2007. Altera a Lei nº 6.001, de 20 de março de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília: Câmara dos 96 Deputados, 2007. Disponível em: . Acesso em: 18 Agosto. 2023.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, Cornelia . **Etnografia: saberes e práticas**. Iluminuras (Porto Alegre), v. 31, p. 1, 2008.

ROCHA, Raquel Pereira. **A Questão de Gênero na Etnologia Jê a partir de um estudo sobre os Apinajé**. 2001. 127f. Dissertação (Mestrado em Antropologia - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) Campinas, 2001.

ROCHA, Welitânia de Oliveira. **O movimento das mulheres indígenas Apinajé: Tempo, Política e chefia feminina**. 2018. 128f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade de Brasília. DF: Brasília, 2018.

Site visitado: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Apinaj%C3%A9>. Acesso: 18/08/2023.